## Administração irregular

Juliana Cézar Nunes e Leonardo Cavalcanti Da equipe do Correio

epois de onze dias de trabalho, técnicos do Ministério da Saúde finalizaram ontem um relatório com o resultado de uma auditoria na Secretaria de Saúde do Distrito Federal. A principal conclusão do documento é que há má gestão dos recursos financeiros do Sistema Único de Saúde (SUS) no DF. Os técnicos constataram que 60% das compras de medicamentos aconteceram com dispensa de licitação, modalidade que impede a participação de outras empresas no processo. Outro problema encontrado foi a compra por "vale", que acontece quando a secretaria primeiro recebe o produto e, só então, inicia o "procedimento licitatório", já direcionado para o fornecedor que entregou o material antecipadamente.

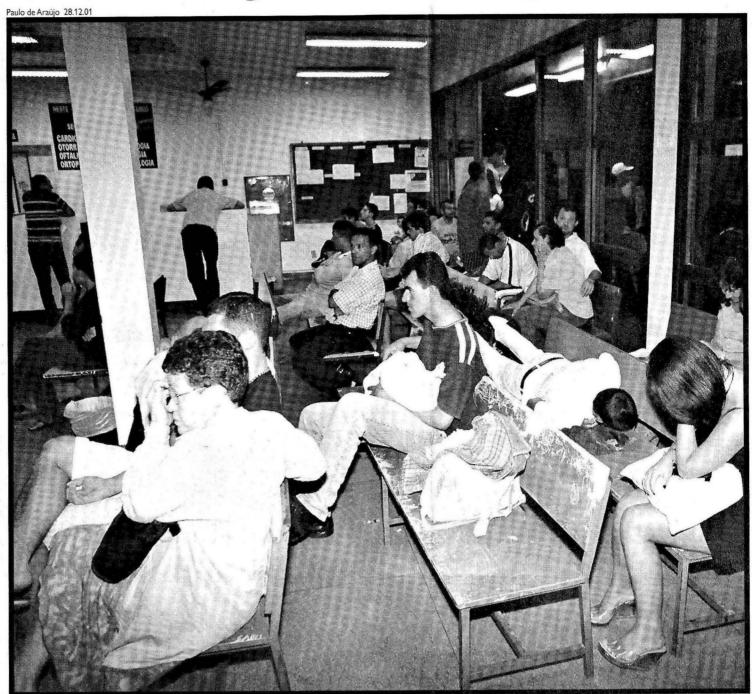
O relatório que mostra essas e outras irregularidades segue agora para a análise do coordenador criminal do DF na Procuradoria Geral da República, Marcelo Serra Azul. Há suspeitas de que as falhas no processo de licitação esteja relacionado à aquisição de produtos com valores até 374% acima do praticado por outros estados. A empreu sa mais beneficiada por esse sistema é a Unicom Produtos Hospitalares Ltda. Dos processos analisados pelo ministério, 90% das compras por dispensa e inexigibilidade (padronização de um produto com similares no mercado) são realizadas com a Unicom. Entre 2000 e novembro de 2002, o volume de vendas da empresa para rede pública de saúde pulou de R\$ 3,5 milhões para R\$ 10 milhões.

De acordo com os técnicos, os preços cobrados pela Unicom são superiores aos dos outros concorrentes. Isso faz com que os recursos para a compra anual de material hospitalar e medicamento tornem-se insuficientes antes do tempo. Em junho, 70% do dinheiro reservado para o atendimento básico de saúde havia terminado. A escassez de verbas fez a secretaria diminuir o número de compras nos últimos meses.

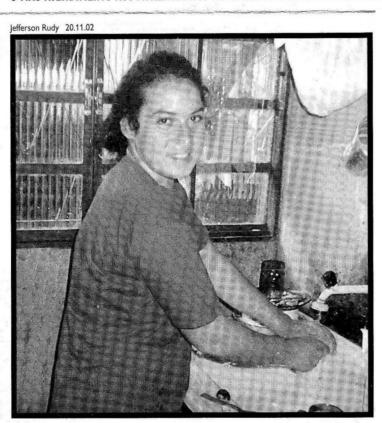
O reflexo da medida nos hospitais e farmácias públicas foi imediato. O relatório do Ministério da Saúde mostra que, dos 87 itens mais usados, 38 estão com estoque zero. Do 28 medicamentos previstos pelo programa de assistência a pacientes com problemas mentais, apenas oito estão disponíveis. Faltam de anestésicos e antibióticos a luvas e fios de sutura.

O Hospital de Base do DF é um dos que mais sofrem com o problema. De acordo com o relatório, há falta "quase total" de antibióticos, estoques zerados de material cirúrgico e luvas. Os técnicos do ministério encontraram documentos escritos por funcionários da Farmácia do hospital, revelando que, ao longo do ano, o hospital funcionou com pouco mais que a metade do estoque necessário de material cirúrgico.

-59%—e medicamento—50%. A auditoria do governo federal percorreu outros 14 hospitais públicos do DF. Entre eles, o Hospital Universitário de Brasília, onde a dona-de-casa Valdirene Jesus Rocha Matos morreu de câncer há duas semanas. O Ministério Público do DF suspeita que a morte tenha ocorrido por falta de medicamento. Em outubro, ela conseguiu uma decisão judicial que obrigava a secretaria a entregar os remédios. A liminar não foi cumprida. O caso motivou o ministro da Saúde, Barjas Negri, a pedir auditoria no setor. Os técnicos concluíram que o caso de Valdirene era grave e o tratamento com medicamentos seria apenas paliativo. Mas reconhecem que a paciente poderia ter sofrido menos com a doença caso os médicos contassem com uma estrutura de trabalho melhor.



O MAU ATENDIMENTO AOS PACIENTES NOS HOSPITAIS PÚBLICOS FOI UMA DAS PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES DO RELATÓRIO DO GOVERNO FEDERAL



A MORTE DE VALDIRENE MOTIVOU O MINISTÉRIO A INVESTIGAR O GDF

## **RECOMENDAÇÕES AOS GOVERNOS**

Depois de constatar irregularidades nas contas e na administração do dinheiro da saúde no Distrito Federal, os técnicos do ministério recomendam:

## À SECRETARIA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

- Elaboração imediata de Plano de Aplicação para os recursos transferidos pelo Ministério da Saúde, de forma a contemplar cada um dos itens de gastos, como, por exemplo: pessoal, medicamentos, material médico hospitalar, material de consumo, equipamento etc.
- O orçamento dos recursos deve ser elaborado de forma a contemplar, por meio de codificação do dígito identificador, a fonte de recursos, se do Tesouro Nacional ou do Fundo Nacional de Saúde.
- Revisão do fluxo de tramitação dos processos de compras com o objetivo de diminuir o tempo entre o pedido e a aquisição do produto.
- Promover o ressuprimento emergencial de todos os itens em falta até a regularização dos estoques.
- Estender o controle de consumo dos medicamentos destinados à atenção primária até as unidades ponta do sistema, procedendo a supervisões periódicas.

## AO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Que faça uma auditoria de todas as unidades hospitalares e ambulatoriais de saúde no ano de 2003.